



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681519 - MG (2021/0227768-3)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : ROGERIO INACIO DE OLIVEIRA
ADVOGADO : ROGÉRIO INÁCIO DE OLIVEIRA - MG077527
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : JULIANO MASCARELLO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JULIANO MASCARELLO em que se aponta como autoridade coatora Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.21.124813-3/000).

O paciente teve sua prisão preventiva decretada por suposta prática do delito de organização criminosa, ante o descumprimento de medida cautelar anteriormente imposta, consistente em monitoramento eletrônico (e-STJ fls. 19-21).

O impetrante sustenta a ilegalidade da prisão preventiva do paciente, em razão da ausência de fundamentação idônea para sua decretação, porquanto estariam ausentes os requisitos autorizadores da medida extrema previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega que a ordem de prisão do paciente teria sido baseada em equívoco do juízo de primeira instância, que teria considerado que o paciente descumpriu condição imposta por ocasião da concessão da liberdade com monitoramento eletrônico, tendo em vista que o referido magistrado não fez constar do alvará soltura a necessidade de comunicar o juízo quando de seu deslocamento para fora dos limites da comarca.

Pondera que "o paciente é tecnicamente primário, reside na cidade e tem empresa com sede em Uberlândia há mais de 20 anos, dá emprego a cerca de 80 funcionários, é casado e pai de três crianças, de modo que não deu motivo para ser preso, nunca se omitiu perante as autoridade, e no presente caso, foi levado a erro por um defeito no alvará de soltura que deixou de ser sanado pelo juízo" (e-STJ fl. 9).

Defende a necessidade de superação do enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Requer, liminarmente e no mérito, a soltura do paciente.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. ROUBO. PRISÃO PREVENTIVA. SÚMULA N. 691 DO STF. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 306, 310 E 316 DO CPP. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO

REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo no caso de flagrante ilegalidade. Incidência da Súmula n. 691 do STF.

2. O não enfrentamento de matéria pelas instâncias originárias impede sua análise pelo STJ, sob pena de supressão de instância.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 628.402/RN, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2020, DJe 17/12/2020)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, em especial considerando-se o que consignou o Desembargador relator ao indeferir o pleito liminar na origem (e-STJ fl. 13):

Em análise dos argumentos e documentos apresentados pela parte impetrante, não vislumbro, liminarmente, a possibilidade de revogação da prisão preventiva do paciente, tampouco da permanência das medidas alternativas aplicadas anteriormente. Isso porque, não obstante os argumentos trazidos pelo impetrante entendendo que as alegações defensivas que amparam a pretensão sumária, confundem-se com o próprio mérito, devendo o caso concreto ser submetido à Turma Julgadora.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência